



Entrevista



Entrevista Edgar Morin e Nicolas Hulot

Apresentação Nicolas Truong
Traduzido por Kenia Beatriz Ferreira Maia

Nicolas Hulot, Edgar Morin: o insurgente midiático e o intelectual crítico, o jornalista conscientizado e o sociólogo da complexidade se encontraram durante a campanha presidencial francesa de 2007 para se distanciar das questões urgentes. Ecológico e climático. Mas também ético, cívico e político. Porque a “casa queima”, a Terra enruga, o solo seca, a diversidade das espécies e dos espaços está ameaçada, a camada de ozônio furada, o clima desregulado, os rios envenenados, a vida na Terra banalizada. Como dizia Nietzsche, o deserto – geográfico, político, social e mental – cresce. O apresentador e produtor do programa de televisão *Ushuaia*, que paulatinamente se conscientizou da estreiteza do planeta e da magnitude da devastação da biosfera, aprendeu a aproveitar a câmara de ecos midiática para alertar e unir as “energias positivas” em torno da urgência ecológica. Face ao desastre anunciado, Nicolas Hulot e o comitê de consultivo de sua fundação lançaram em 2006 as bases de um “pacto ecológico”, um programa de ações e medidas concretas aplicáveis no início do mandato do novo presidente da França (*Pour un pacte écologique*, Calmann-Lévy, 2006).

A criação de um cargo de vice-primeiro ministro encarregado do desenvolvimento sustentável, instauração de um imposto sobre o carbono em crescimento regular até a diminuição de 75% da emissão de gás carbônico, reforma da política agrícola da União Europeia, submissão sistemática das orientações do desenvolvimento sustentável ao debate público, promoção de uma grande política nacional de educação e de sensibilização à ecologia: essas cinco propostas do “pacto ecológico” se impuseram como os primeiros pontos de uma utopia realista amplamente apoiada pelos cidadãos. E como ideias cortejadas pelos políticos. Por trás das medidas técnicas, o “pacto ecológico” se revela um questionamento do nosso modelo de civilização, “um convite para um exame de consciência individual e coletivo”, como disse Nicolas Hulot. Edgar Morin, que já anunciava em 1972 “o ano

l da era ecológica” e convocava para a solidariedade para com a comunidade de destino terrestre de nossa *Terra-pátria* (com Anne-Brigitte Kern, Seuil, 1996), apoiou a iniciativa. Ele viu nesse pacto ecológico uma maneira de “ressuscitar a esperança” após a derrubada do comunismo e face ao reino supremo do capitalismo liberal ou autoritário sobre nossas vidas. Sem perder, apesar disso, a constância da sua consciência crítica. Afinal, se os dois homens convergem na maioria das vezes para enfatizar a solidariedade com os seres vivos e eliminar as resistências culturais de uma civilização marcada pelo domínio da natureza e a onipotência da racionalidade técnica, as diferenças e as divergências afloram aqui e ali. Edgar Morin não acredita em “desenvolvimento” mesmo “sob a forma abrandada de sustentável” que contém ainda “esse nó cego técnico-econômico para o qual todo progresso humano deriva de crescimento material”. Preocupado com a “aceitabilidade social” do pacto ecológico, Nicolas Hulot defende as virtudes de um crescimento econômico que repartiria igualitariamente as riquezas, prefere o desenvolvimento sustentável a um decrescimento global que seria, na sua opinião, “sinônimo de recessão”. Sobretudo, Edgar Morin entrevê o pacto ecológico como uma parte fundamental de um grande Todo, como um elemento decisivo de uma “política do homem” destinada a “civilizar a Terra” e não como um fim em si.

Numa iniciativa do *Philosophie magazine*, que publicou uma versão resumida dessa entrevista, os dois homens se encontraram para refletirem sobre o imperativo ecológico que necessita tanto de uma reforma do pensamento quanto de uma mobilização cívica única. Essa entrevista foi realizada num momento singular e conserva o charme do calor da conversa, do prazer da digressão. Certos verão os impasses de uma gestão cidadã da catástrofe; outros encontrarão as ferramentas intelectuais elucidativas para lutar contra a guerra ao ser vivo. Uns lerão o novo avatar da moral dos bons sentimentos; outros um meio de resistir à desumanização planetária. A maioria, esperamos, terá prazer em compartilhar uma troca única, no momento em que o planeta atravessa um período crítico. E pode ainda encontrar os meios de mudar a era.

Nicolas Truong

Edgar Morin: Quando era muito jovem, o livro ‘Devaneios do Caminhante Solitário’, de

Jean-Jacques Rousseau, me impressionou. Eu adorava o mar e a montanha. Durante muito tempo eu só conseguia escrever em frente de uma janela aberta para as paisagens toscanas. A necessidade de natureza está enraizada nas profundezas do meu ser. Mas, foi na Califórnia, entre 1969 e 1970, que alguns amigos cientistas da Universidade de Berkeley me despertaram para a consciência ambiental. Em especial, um artigo de Paul R. Ehrlich sobre a morte do oceano me marcou enormemente. Com as obras de Bateson e von Foerster, nascia em mim um pensamento ecologizado. Em 1972, o relatório Meadows encomendado pelo Clube de Roma foi publicado e a revista *Le Nouvel Observateur* organizou um colóquio no qual apresentei o trabalho “O ano 1 da era ecológica”, convencido de que por causa da devastação da biosfera uma nova era deveria começar. Mas o sinal de alerta que um pequeno grupo lançou, composto, dentre outros, por André Gorz, não foi ouvido porque nenhum indício tangível parecia confirmar essa devastação. Desde então, da seca do Mar de Aral à poluição do lago Baikal, das chuvas ácidas ao desastre de Chernobyl, da contaminação dos lençóis freáticos ao buraco na camada de ozônio na Antártida, o movimento ambientalista floresceu. E uma primeira consciência da deterioração da biosfera, como as Conferências de Estocolmo (1972), Rio (1992) e Kyoto (1997) que infelizmente não puderam criar verdadeiras instâncias coercitivas. O destaque desta série de devastação é sem dúvida o aquecimento global, verdadeiramente relacionado com nossas atividades técnico-econômicas, como testemunharam o furacão Katrina em Nova Orleans e o **último outono europeu**, que foi extremamente clemente. Demorou algum tempo para que essa consciência local e global progredisse. Nicolas Hulot e sua Fundação conseguiram catalisar e encarnar na França este momento histórico e crítico.

Nicolas Hulot: Não se nasce ambientalista; se torna. E me tornei gradativamente. Mas pode-se muito bem ter uma alma naturalista e ser o pior dos ecologistas. Inegavelmente, ter mais sensibilidade em relação à natureza predispõe, favorece a tomada de consciência. Como meus pais, sempre constatei que a proximidade da natureza me era mais benéfica do que seu afastamento. Eu me lembro do prazer indescritível de ver meu pai se realizar fazendo enxerto nas roseiras num minúsculo pedaço de terra. Recentemente descobri que a natureza produzia uma quantidade inimaginável de línguas químicas

e que ela comunica com os feromônimos e outros numerosos emissores. Tenho tendência a pensar que tenho muitos receptores e que as vibrações da natureza me tocam intensamente. O espetáculo de um oceano, o barulho de uma folhagem, o pulo de uma gazela ou ainda a visão furtiva dos chifres de um cervo entre dois carvalhos na floresta de Rambouillet me maravilham extremamente. São coisas que se constatam, mas que não se decretam. Na minha jornada de iniciação, senti impactos visuais e emocionais de grande intensidade. Jovem fotógrafo, eu percorri zonas geográficas sublimes como o Limpopo e o Zambeze. Incontestavelmente, a África foi a terra dos meus grandes choques humanos, naturais e existenciais, o continente do despertar. Entretanto, durante muito tempo, acreditei que a natureza era explorável, que vivíamos em um mundo infinito e que o impacto humano era insignificante face a essa imensidade geográfica. A intensidade e a frequência única das minhas viagens, especialmente para o programa de televisão *Ushuaia*, me permitiram perceber a estreiteza do nosso planeta e a intensidade dos danos. Os cientistas como os poetas mostram que as trajetórias da natureza e da humanidade são indissociáveis e que nossa comunidade de origem é idêntica à nossa comunidade de destino. A conscientização foi, então, transformada em convicção. Em medo mesmo quando percebi a fragilidade dos nossos recursos em relação à magnitude do desastre ecológico anunciado. Daí a importância de apoio de um intelectual como Edgar Morin que não esperou que a realidade se impusesse para refletir sobre a origem dos problemas ambientais.

Resistência, bloqueio cultural

E. M.: Nosso modo de pensamento, inseparável do nosso modo de ensino, foi fundado sobre a disjunção absoluta entre o humano e o natural. Tudo o que há de natural no humano ficou confinado aos departamentos de biologia das universidades enquanto que as ciências humanas se interessam apenas da parte cultural do humano. Tudo o que é humano é separado da natureza. Do lado oposto, alguns tentam reduzir o humano à natureza, ao comportamento das formigas e dos chimpanzés. A compartimentalização das disciplinas e das categorias nos impede de estabelecer relações entre as partes e o todo. O pensamento ocidental só sabe funcionar por disjunção ou redução. Descartes, que queria que o homem fosse “como mestre e proprietário da natureza” estabelece a disjunção

entre a ciência e a filosofia, o que resultará na separação entre o mundo das humanidades e das técnicas. Depois de desempregar tecnologicamente Deus, o homem se concedeu o direito de dominar a natureza. Mas essa pretensão só desabou muito recentemente. De um lado, porque essa vontade de controlar os seres vivos se voltou contra nós mesmos; de outro lado, porque a Terra parece ser um pequeno planeta de um sistema solar periférico em um cosmos gigantesco. A ideia de conquistar o mundo parece grotesca. É necessário dizer também que a disjunção entre o homem e a natureza não resulta unicamente da expansão da racionalidade técnica ocidental. O cristianismo que nos moldou é uma religião voltada para os seres humanos, com valores cardinais que são a caridade e o amor, mas de costas para a natureza e mundo animal. Em oposição, o budismo imerge o homem no ciclo de reproduções do mundo dos seres vivos. A compaixão do Buda se dirige a todos os sofrimentos, humanos e animais. Então somos também igualmente marcados pelo carimbo cristão de nossa civilização, que ignora a nossa relação umbilical com a natureza. Só é possível nos libertar dessa pesada carga, ao mesmo tempo religiosa e tecnicista, através de uma reforma do nosso modo de conhecimento e de pensamento.

N. H: O bloqueio cultural é, no mínimo, tanto operante como o bloqueio econômico em matéria ecológica. Quando se lê o livro do pensador indiano Jiddu Krishnamurti, *Se libérer du connu* (Stock, 1977), descobre-se que quebrar os condicionamentos e os preconceitos é um trabalho longo e de resultado incerto. A pior das feridas infligidas ao amor próprio da humanidade foi quando Darwin demonstrou que não tínhamos sido objeto de uma criação distinta. Do topo da pirâmide dos seres vivos, o homem descobriu que era descendente de uma matriz comum com os animais. Mas esta ferida narcísica foi acompanhada de uma recusa de reconhecer a sua comunidade de origem. E essa ferida não está totalmente curada, conforme ilustra a virulência dos movimentos criacionistas nos Estados Unidos. Há ainda uma negação, uma recusa de reconhecer nossa comunidade de destino. Toda a nossa cultura, especialmente a religiosa, considerou que a inteligência humana se media pela relação com sua capacidade de se libertar da natureza. Mais se pensava em se liberar da natureza, mais se pensava em materializar o gênio humano. Há 150 anos, nós acreditávamos que o progresso era linear e que o futuro mecanizado era uma promessa de felicidade. A essa crença se adiciona a

ideia de que as nossas instituições teriam sempre resposta para tudo. Desde os gregos e Eratóstenes, sabemos que a Terra é redonda. Mas só recentemente percebemos que vivemos em um mundo finito, limitado. Ora, nós somos inaptos. Certo, há razões para se deslumbrar com a fulgurância das proezas científicas. Mas a onipotência da tecnociência gera o que o cientista americano René Dubos chama de “trágica confusão do homem moderno”. Hoje o homem não está ligado a nada. Essa angústia é uma das consequências psicológicas da hipertrofia da técnica.

Comunidade de destino

E. M.: Aprendemos que saímos de uma evolução biológica e que nós somos também animais, mas nós ocultamos esse saber. Nós sabemos, mas ignoramos. Fazemos um verdadeiro blecaute na nossa consciência. Ao mesmo tempo não chegamos a sentir nossa comunidade de origem de *Homo* dito *sapiens*. O que você diz sobre essa comunidade de origem é capital. Os humanos não sentem suficientemente o material comum que nos liga e os problemas urgentes que devem mobilizá-los. Em *Terra-pátria* quis indicar que existe uma comunidade de destino para todos os humanos porque eles compartilham os mesmos perigos vitais. Mas isso não foi compreendida. Enfim, nosso modo de conhecimento nos impediu de conceber conjuntamente a unidade e a diversidade humanas. Ou bem, percebe-se a unidade humana e esquece-se a diversidade das culturas; ou bem percebe-se a diversidade das culturas sem compreender a unidade humana. Entretanto, é isso que nos permitiria desenvolver uma consciência planetária, uma consciência humana ligada ao planeta e reconhecer as singularidades culturais e nacionais. É vital desenvolver essa consciência planetária, ao mesmo tempo nos enraizar na Terra, pois nossa Terra não é somente uma coisa física. Ela é uma realidade geo-físico-bio-humana. Certo, é preciso ser capaz de distinguir esses diferentes aspectos, mas é preciso saber religá-los. O pensamento complexo que defendo parte do latim *complexus*, que quer dizer “o que é tecido junto”, a fim de operar uma tensão permanente entre a aspiração a um saber não fragmentado, não compartimentado, não redutor e o reconhecimento de que todo conhecimento é inacabado e incompleto. “Complexo” não significa de jeito nenhum “complicado”, menos ainda “obscuro” ou “abstruso”, mas designa essa forma de pensamento que engloba no lugar de separar,

religa no lugar de segmentar.

N. H.: Essa recusa da unidade é duplamente um erro porque a união diferencia. No momento em que se é capaz de olhar o planeta do espaço, é um desperdício não aproveitar disso para se conscientizar que nossa comunidade de identidade é decisiva e notória. Perdeu-se esse ponto de referência essencial: a combinação de fatores que foi necessária para que a vida progrida Terra é excepcional. No seio de outros sistemas planetários que os cientistas estudam atualmente, não temos a mínima prova que a vida poderia um dia se desenvolver neles. Essa combinação de fatores é tanto improvável quanto que nos jogássemos no chão uma caixa de letras de tipografia e que o primeiro artigo da declaração de direitos do homem se formasse subitamente. Acabamos banalizando a vida na Terra. O que permite que a vida se espalhe pela Terra é essa minúscula camada chamada atmosfera que tem somente algumas dezenas de quilômetros de espessura. É essa ínfima composição química que permite a vida se desenvolver. Mas os homens têm a impressão de que o infinito os protege. Ora, ele nos ameaça. O que torna a vida possível se sustenta num frágil equilíbrio. Mas o que eu enuncio aqui, escolarmente e simplesmente, foi diluído no barulho de fundo de nossa sociedade. Em relação a isso, gosto de citar uma famosa frase do Victor Hugo encontrada de outra forma em um poeta inglês: “Não posso crer um segundo que as constelações sejam insensíveis ao perfume de espinheiro-alvar.

E. M.: Não cesso citar Pascal que no livro *Pensamentos* escreveu que “toda coisa sendo ajudada e ajudando, causada e causando e toda e todo sendo ligado por um laço insensível que une as partes mais afastadas uma das outras, considero impossível conhecer as partes se eu não conheço o todo, assim como conhecer o todo se eu não conheço as partes”. Na época de Descartes, ele tinha formulado em uma frase a reforma do pensamento que agora se impõe mais que nunca. O pacto ecológico que você propõe seria um caminho que contribuiria.

Pacto ecológico. Progresso

N. H.: Na etimologia do “pacto ecológico”, tem um lado pacífico que o afasta do confronto, do diálogo frontal, da psicologia da horda que durante muito tempo moldou os partidos políticos. O imperativo ecológico nos dá uma oportunidade inesperada de nos unir. A hora da reconciliação

chegou. Considerando a questão, não temos outra escolha senão reunir as energias positivas em torno da urgência ecológica. Procurar o que há de melhor em cada um de nós é incontestavelmente o aspecto positivo e salutar dessa injunção climática e ecológica. Essa urgência impõe um encontro crítico para a nossa civilização que é salutar. Esse exame individual e coletivo é realmente providencial. É necessário dar sentido ao progresso que foi confundido com desempenho. Este deve ser entendido como uma melhoria sustentável e equitativa da condição humana, e não mais como um desejo desenfreado de poder. Em *Le Syndrome du Titanic*, destaquei uma célebre frase de Albert Einstein que nunca foi tão atual: “Nossa época é caracterizada pela profusão meios e pela confusão de intenções”.

E. M.: A ideia de progresso, tal qual foi formulada a partir de Condorcet, foi concebida como uma lei histórica, mecânica e indefinida do devir humano. No plano moral, essa ideia é infelizmente falsa. No século XIX, todos os Estados europeus proibiram a tortura. No século XX, ela foi reintroduzida em todas as nações, inclusive na França na guerra da Argélia. Mas a ideia de progresso não deve ser abandonada. O que se deve abandonar é o determinismo do progresso; o que se deve conservar é a possibilidade de progresso. Assim as Luzes devem ser superadas no sentido hegeliano do termo. Ou seja, conservadas. O que deve ser superado é a razão fechada nela mesmo. A razão pura não existe. Como mostrou o neurólogo António Damásio, a razão sempre comporta sentimento. Atualmente, é preciso combinar o romantismo e as Luzes, a fim de que não se tenha paixão sem razão, nem razão sem paixão. É preciso unir o espírito crítico e autocrítico das Luzes com o sentimento da natureza. Concordo com os princípios do “pacto ecológico”. Mas esse pacto é apenas um aspecto, uma parte, um lado da realidade que tem outra face, social e civilizacional. Sua maneira de fazer política diferentemente, além dos partidos, é uma “supra-política” que nos conduz a uma visão mais rica e mais nobre da política. Mas o pacto ecológico não deve ser fechado. Como o esgotamento dos combustíveis fósseis ilustra, é a ideologia do “sempre mais” que devemos combater. É preciso mostrar que a restrição do tráfego de veículos nos centros históricos das grandes cidades re-humaniza as relações sociais, aumenta as condições de convivialidade. Quando a consciência ecológica surgiu nos anos 1970, Ivan Illich forjou a noção de “convivialidade” pela qual ele mostrava que nosso desenvolvimento produzia mais maléficis do que benefícios: a medicina hipersensível

cuida muito mais dos órgãos do que das pessoas; a educação que fragmenta o conhecimento conduz mais à cegueira do que a elucidação, etc. Temos um problema de vida em sociedade. Observe a quantidade de psicotrópicos e ansiolíticos que absorvemos. Os franceses tratam de maneira individual e pessoal um mal-estar existencial que é também uma doença comum. Daí o recurso cada vez maior à sabedoria oriental, à ioga, ao budismo zen, ao grande mercado da realização em si. Daí a procura de espiritualidade, o apelo à psicanálise e além à filosofia. Procuramos desesperadamente as férias, a partida, o exotismo, e, no lazer, nos fantasiemos de primitivos e de camponeses. Ansiamos obscuramente escapar da rotina casa-trabalho-casa que obedece à lógica determinista, cronométrica, hiperespecializada da máquina artificial de nossas fábricas e escritórios. Especialistas e ‘econocratas’ nos tratam como máquinas triviais, estritamente deterministas, enquanto que nossa parte não-trivial, aquela do querer viver, amar, compartilhar, se realizar, não segue essa lógica. O pacto ecológico só faz sentido se escapar dessa lógica e de ser complementado por um pacto político. Para não fracassar, precisamos de uma “política do homem” e um política de civilização.

N. H.: Constatamos com pesar que os políticos retiveram apenas os aspectos técnicos do meu livro, que são obviamente determinantes, pois será preciso estabelecer uma combinação de instrumentos econômicos (principalmente para substituir a venda de um produto pela sua locação), fiscais (como o imposto sobre a emissão de gás carbônico) ou educativos, a fim de realizar essa mudança ecológica. Lamento que tenham lido apenas as sessentas primeiras páginas, que constituem um questionamento global de nossa civilização, um convite para um exame de consciência individual e coletivo. Sozinha, a técnica não resolverá os problemas aos quais somos confrontados. É preciso que cada um se sinta envolvido emocional e passionadamente, pois cada um é responsável. No início do livro, sugeri que a gente descarte certas práticas, hábitos, automatismos, comportamentos iníquos e obsoletos. Nessa sociedade do teatro de aparências, o parecer tem primazia sobre o ser. Cada um sabe disso, mas todo mundo aceita. A devassidão de comunicação mascara a ignorância, a incompetência ou a falta de poder. Tem-se a ilusão de tratar as coisas. Mas a desilusão é total e o descrédito dos políticos aumenta. Ora o imperativo ecológico é também um imperativo político, porque ainda estamos envoltos na barbárie das origens. Como aprendemos especialmente com o furacão Katrina, que arrasou Nova

Orleans, nossa democracia das boas maneiras pode pender a qualquer momento para a barbárie e o verniz democrático está pronto para trincar ao menor desastre ambiental. Não digo isso para assustar. Mas nossa civilidade não é definitiva. Não é certo que nossa civilização será capaz de lidar com as mudanças ecológicas com coerência, sabedoria, pertinência e racionalidade. É estúpido pensar que nossas fronteiras vão parar a marcha dos miseráveis da terra em direção ao Norte, fugindo das desordens ecológicas e climáticas que o Sul sofre sem tê-las provocado. Nenhum exército no mundo estabelecido em Gibraltar ou no sul da Itália represará uma onda migratória, cujos fundamentos serão legítimos. Para além da injunção climática – da qual não tínhamos necessidade, tanto a humanidade está sobrecarregada de fardos – reparemos o que parece o estado psicológico do planeta sob o efeito perverso da comunicação que mostra uma realidade insustentável e indecente. De um lado, os excluídos do banquete, para os quais a vida é um longo sofrimento; do outro lado, aqueles que conseguiram se salvar e, dentre eles, essa fatia da população que se abandona na opulência. Com a globalização midiática, essa obscenidade suscita inumeráveis rancores, mas também, basta ser bem instrumentalizada, torrentes de raiva. No apogeu na comunicação, a descoberta da humanidade por si mesma tornou-se maléfica.

O princípio esperança

E. M.: A comunicação não favorece a compreensão. Ela transmite informações. A compreensão necessita da aptidão de se colocar no lugar de outrem, de simpatizar. Assim, no cinema, a participação subjetiva nos permite de compreender os excluídos como Carlitos, as vítimas, os infelizes, como o sublime filme *21 gramas* do diretor Alejandro González Iñárritu. Mas, na vida real, nos tornamos opacos à miséria e à injustiça. Hoje, não é unicamente o espetáculo da desigualdade material que aflora, mas igualmente aquele da desigualdade de tratamento, entre o Oriente e o Ocidente, os palestinos e os israelenses, etc. Não é somente uma realidade desigual que se expõe na nossa frente, mas aquela de um tratamento desigual. Além disso, a crise universal do futuro não permite mais aos homens de se virarem para uma grande esperança. E quando a gente não acredita mais no futuro, a gente reflui para o passado. No mais, generalizando o modelo ocidental de civilização, a globalização tecnológica

provocou como reação um retorno as raízes e as origens, particularmente mais acentuada nos países mais economicamente dependentes. Nesse momento de incerteza, a esperança do futuro se esgota. O comunismo desabou, o liberalismo econômico devasta e saqueia enquanto enriquece uma parte da humanidade, a barbárie se espalha pelo planeta. Como ressuscitar a esperança? No coração da desesperança mesmo: quando um sistema é incapaz de tratar seus problemas vitais, ele se desintegra ou se metamorfoseia. O que é uma metamorfose? É uma transformação na qual o ser se autodestrói e se auto-constrói de uma maneira nova, a exemplo da lagarta que se torna borboleta para voar. A esperança é nessa metamorfose para a qual vão confluir correntes que às vezes são ignoradas, tais como a economia solidária, o comércio justo e a reforma da vida. Em toda parte, na base, as solidariedades se despertam. Associações são criadas para salvar um rio, repovoar uma aldeia, reinventar localmente a política. Isso borbulha. Na França, sob estruturas esclerosadas, há um formidável querer viver. É preciso fazer convergir tudo isso junto. Eis a esperança! Churchill tinha prometido a seu povo “sangue e lágrimas”. A vontade de salvação fez essa mensagem ser compreendida pelos ingleses em 1940, no meio do desastre. Devemos anunciar a nova via com todos os perigos a enfrentar e todas as dificuldades a superar. Sabemos que os desafios históricos, ecológicos e civilizacional são enormes. Atualmente, nosso desafio é civilizar a Terra. Não há solução antecipadamente pronta, mas há um caminho. E, prezado Nicolas Hulot, você nos mostrou a metade do caminho.

N. H.: O que você acabou de dizer é magnificamente resumido numa frase de Saint-Exupéry: “Não há solução, mas forças. Criemos estas forças e as soluções virão a seguir”. Nós não somos como mendigos nus em uma nevasca. Temos ótimas ferramentas para combater a fome e salvar o planeta. O que falta é uma vontade comum. A política politiqueria é obsoleta em relação ao que está em jogo. Acredito que todos possuem a mesma quantidade de bem e de mal. Mas que nossa sociedade tem sobretudo tendência a fazer jorrar o que existe de pior no fundo de nós. A primeira virtude do pacto ecológico é de fazer jorrar energias positivas. Mas os desejos estavam lá, escondidos. Antes de jorrar, a água faz lentamente seu caminho. E aí, subitamente, a confluência levanta a terra.

E. M.: É a famosa imagem de Hegel, aquela de velha toupeira da história que cava suas galerias sob a terra e depois que emerge na superfície, fazendo explodir, o trabalho se completa. Assim como

você, acredito nas forças subterrâneas prontas a jorrar e fertilizar. Mas é preciso tomar consciência da urgência de se tornar cidadãos da Terra. Para isso, é preciso mudar de caminho, pois esse que seguimos, o do desenvolvimento, inseparável do crescimento econômico infinito, conduz ao abismo. A noção de “Desenvolvimento”, mesmo na sua forma mais abrandada de “sustentável”, contém ainda neste nó cego tecno-econômico para o qual todo progresso humano deriva dos crescimentos materiais. É importante fundar de novo essa noção de desenvolvimento, cuja aplicação em todo o mundo destruiu as solidariedades tradicionais, faz aumentar a corrupção e o egocentrismo. É preciso que a noção de desenvolvimento se metamorfoseie em **auto-realização**.

N. H.: Acredito em um crescimento econômico desde que contribua com a distribuição equitativa da riqueza. Mas deve-se simultaneamente decrescer de certo número de recursos que se tornam raros, a energia, água, terra, peixes, a biodiversidade ... Não temos escolha: o decréscimo desses recursos se imporá de bom grado ou pela força. No entanto, acredito no desenvolvimento sustentável e não um decréscimo global que seria sinônimo de recessão, especialmente porque estou preocupado com a aceitabilidade social do pacto ecológico.

E. M.: Acreditar que o Norte só traz benefícios e boas soluções é um erro. A primazia do cálculo torna cega a civilização do Norte para a qualidade de vida. O Sul mantém as virtudes da convivialidade, da arte de viver, da comunidade e da solidariedade que o Norte jogou fora. É preciso conciliar as verdades do Norte e do Sul.

N. H.: A África é um continente no qual a sabedoria, um recurso tão raro por aqui, transborda. E ele é felizmente inestimável economicamente.

E. M.: Cada cultura tem as suas virtudes e também suas superstições, suas ilusões e suas carências, suas barbáries e suas bondades. A nossa é assim e eu não desconheço suas virtudes, mas devo admitir suas ilusões e carências. É por isso que eu acredito em uma simbiose das civilizações, porque as sabedorias africanas, indianas e indígenas devem misturar-se com nossas luzes, iluminadoras, mas também tão ofuscantes. Devemos parar de nos considerar como os professores para nos tornar parceiros no “grande rendez-vous de dar e de receber” sonhado por Leopold Sedar Senghor.

Entrevista com a Professora Maria João dos Santos

Por Carla Montefusco de Oliveira – UFRN

Carla Montefusco de Oliveira: Em termos conceituais e práticos, como você avalia o movimento da Responsabilidade Social Empresarial atualmente? E mais especificamente em nível europeu como tem se dado essa realidade?

Maria João dos Santos: No contexto mundial, é de destacar o papel activo que a Europa tem assumindo na promoção da responsabilidade social, sendo que o tema das alterações climáticas tem sido indiscutivelmente um dos *drivers* deste processo. Apesar da evolução registada, ainda não é totalmente claro qual a tendência prevalecente. Se por um lado, parece que as crises económica, social e ambiental se mantêm, por outro lado, desenham-se novas vias, sendo que o esforço de inovação tem vindo a ser colocado ao serviço de uma gestão mais eficiente dos recursos e de uma procura de maiores níveis de sustentabilidade.

C. M. O. : De que forma a noção de desenvolvimento sustentado está presente no ideário da RSE?

M. J. S.: Actualmente a RS é considerada fundamentalmente como um instrumento de acção para se alcançarem maiores níveis de sustentabilidade global. É neste sentido que, no discurso ao *World Economic Forum* em Davos, o anterior Secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, propõe o Pacto Global, desafiando os líderes dos negócios à escala mundial a criarem os alicerces de uma política social e ambiental sustentável. Neste contexto, a vertente económica (dimensão económica), de que o lucro empresarial constitui o objectivo último, deve tomar em consideração as pessoas que constituem o tecido humano da estrutura empresarial (dimensão social interna) mas

também a comunidade em que a empresa exerce a sua actividade e com a qual interage (dimensão social externa) e a preservação do meio ambiente (dimensão ambiental).

C. M. O.: É possível identificar potencialidades na relação entre a RSE e o desenvolvimento local?

M. J. S.: A responsabilidade social, para além de incorporar valores, é sobretudo um instrumento de intervenção que permite definir um novo quadro estratégico de desenvolvimento dos territórios que esteja em consonância com os desafios da sustentabilidade ao nível local. Potencia um novo modelo de intervenção assente no estabelecimento de interfaces e articulações entre os múltiplos actores em presença, empresas privadas, organizações civis e interesse público. Sendo que a promoção da sustentabilidade ao nível local só será possível num quadro de participação conjunta, os poderes de decisão ao nível local estão em melhores condições para promover essas interfaces, dispondo dos recursos e da legitimidade para potenciar um novo modelo de intervenção.

C. M. O.: Os *clusters* de RS podem representar uma possibilidade construção de formas de Responsabilidade Social Integrada?

M. J. S.: Porque urge encontrar respostas locais, aglutinadas e corporizadas numa estratégia de actuação localmente integrada; com condições para estabelecer interfaces inovadores com as organizações do terceiro sector, empresas e os cidadãos, é que um modelo de intervenção desta natureza pode constituir uma alternativa. A criação de clusters em RS tem subjacente este desafio, não só potenciar as práticas de responsabilidade social, por parte das diversas organizações em presença na comunidade, mas igualmente a promoção de novas formas de inovação social baseadas na construção de sinergias decorrentes da conjugação de diversas actividades, *networks* e competências. Deste modo, podem-se criar as condições para a afirmação de um novo modelo de governação que contribua para a obtenção de maiores níveis de coesão social e de qualidade de vida dos cidadãos.

C. M. O.: Tentando pensar em perspectivas futuras, quais os avanços necessários à constituição de patamares socialmente responsáveis de gestão empresarial?

M. J. S.: O alcance de patamares de gestão empresarial mais responsáveis socialmente depende concretização de formas de intervenção diversificadas que pressuponham não só a interiorização pelos diversos actores sociais dos princípios subjacentes e o envolvimento efectivo das empresas, cidadãos e das demais instituições da sociedade civil, como da afirmação de uma nova governância que, como refere o Prof. Roque Amaro, tenha simultaneamente um carácter integrado, onde se conjugue os desafios do desenvolvimento económico, social e ambiental; territorializado, que combine os diferentes espaços de regulação ao nível local, regional, nacional e mundial; partilhado no sentido da co-responsabilização dos vários actores e participado, contanto com a mobilização e envolvimento das populações.